

A EXTENSÃO RURAL: AMBIENTE, AGRICULTURA E ASSOCIATIVISMO

Kerli Paula Melz Viebrantz¹

Resumo

A extensão rural surgiu no Brasil no contexto da guerra fria. A Extensão Rural, como Política do Estado para Agricultura, surgiu em Santa Catarina no ano de 1956, com o objetivo de criar estratégias de educação informal que consolidasse o modelo capitalista de produção agrícola: A Revolução Verde. Era necessário formar um novo sujeito, um novo agricultor, apto a lidar com as novas tecnologias e técnicas. E, era preciso atingir os jovens, mais propícios a aceitar o novo, eles iriam levar a modernidade ao campo, surgindo os Clubes 4S, que reuniam rapazes e moças do meio rural, onde se desenvolviam atividades que marcavam a transmissão de conhecimentos tecnicistas. Passou-se a praticar a agricultura mecanizada sem questionar as possíveis consequências ambientais, adotando um modo de produção essencialmente voltado para o mercado.

Palavras-chave: agricultura, extensão rural, ambiente.

¹ Geógrafa e Mestre em Ciências Ambientais.

Introdução

Este artigo objetiva abordar a influência exercida pela Extensão Rural na formação de uma cultura tecnicista entre os agricultores no extremo-oeste de Santa Catarina, especialmente nos municípios de Iporã do Oeste, Mondaí, Riqueza, Caibi e Itapiranga, entre as décadas de 1950 e 1980. Esse período representou uma profunda transformação e por que não ruptura no modo de agir e de pensar no meio rural. Citamos algumas das transformações, por exemplo, a inserção acelerada da economia de mercado nas relações entre agricultores, nas relações dos agricultores com os comerciantes e não mais o antigo bodegueiro. Surge um personagem novo, na figura do extensionista rural² a quem coube “a missão civilizadora” de introduzir o uso de técnicas métodos de plantio, cuidado com as curvas de nível e adubação. Entra no rol as sementes híbridas (em detrimentos daquelas produzidas na propriedade), demonstrando a suposta vantagem de rendimento das novas sementes. E posteriormente, a implantação da integração vertical com as agroindústrias, na substituição dos suínos e aves até então criadas, criando aves e suínos, cujas matrizes estão com agroindústrias.

No Brasil, a extensão rural surgiu, oficialmente, no contexto da guerra fria, subsidiada com recursos financeiros da Fundação Rockefeller³. A experiência pioneira ocorreu em Minas Gerais, nos anos quarenta, e como os resultados foram considerados satisfatórios o modelo foi adotado nos diversos Estados, como uma política agrícola. No que diz respeito às ações da Fundação Rockefeller, na primeira década do século passado, financiou ações de pesquisa, intervenção e subsidiou a implantação de laboratórios na área da saúde. O contexto do final da Segunda Guerra e o acirramento entre os blocos capitalista, comandado pelos Estados Unidos, e bloco socialista, liderado pela União Soviética, fez com que a “filantropia científica” incluísse em sua pauta a população rural. No imaginário das elites brasileiras tratava-se de população facilmente seduzível aos ideais comunistas. Ante a ameaça do perigo vermelho⁴, era fundamental que a agricultura brasileira superasse o seu “atraso” e permitisse à população rural melhores condições de vida. O antídoto ao perigo vermelho estaria no receituário do programa: a adoção de uma cultura tecnicista, formada a partir do trabalho dos extensionistas e na adoção de novas práticas de cultivo.

² De modo geral, os extensionistas atuavam em dupla. O rapaz extensionista dedicava-se, preferencialmente às atividades masculinas e a extensionista feminina com atividades voltadas ao público feminino. Quando das reuniões de jovens, principalmente nos final de semana, era intercalada a presença.

³ No final da Segunda Guerra temos Brasil e demais países de América a atuação da filantropia empresarial. A Fundação Rockefeller, nas primeiras décadas do século XX, financiou pesquisas na área médica e depois no setor rural. Outra instituição de filantropia empresarial é a Fundação Ford. “A [Fundação] Ford vai assumindo uma posição de liderança na liberação de recursos em diferentes campos de atuação e em vários países dos continentes americano, africano e asiático. O apoio à área de administração pública passa a ser um dos grandes interesses da Ford. O apoio irrestrito da Fundação à diversidade social e à participação democrática manifesta-se por meio de financiamento de programas voltados para abordagens que privilegiam, por exemplo: questões de gênero; saúde da mulher; modelos de desenvolvimento sustentável; programas de saúde; reforma educacional; habitação; violência, questões étnicas e raciais; desigualdade social; meio-ambiente e recursos naturais (biodiversidade); movimentos sociais” (FARIA; COSTA, 2006, p. 161).

⁴ A respeito do perigo vermelho, consultar Rodeghero (1999, 2002, 2006).

Em Santa Catarina, a Extensão Rural, como Política do Estado para Agricultura, foi implantada em 1956, criando várias estratégias de educação informal que transmitiam informações com o objetivo de formar, entre os agricultores, uma cultura que levasse a prática o uso de insumos e equipamentos agrícolas, proporcionando a Revolução Verde.

Em março de 1956, através Lei n. 248, o governo catarinense aprovou o termo de acordo firmado pela Secretaria da Agricultura e da Federação das Associações Rurais de Santa Catarina com o ETA (Escritório Técnico de Agricultura), cuja finalidade era “usando os métodos de Extensão Agrícola, Economia Doméstica e Crédito Supervisionado, aumentar a produtividade e obter melhores condições de vida para a população rural do Estado de Santa Catarina”. Através de “práticas racionais” para o trabalho, a pequena propriedade aumentaria sua produtividade e superaria o atraso.

O décimo sétimo projeto do ETA, isto é, aquele em território catarinense. Foi a implantação da Extensão Rural em Santa Catarina, através da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina). A implantação do projeto foi um acordo do governo catarinense e a Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina (FARESC), que incluía FETAESC e FAESC (OLINGER, 2006, p. 17). Quanto ao financiamento, o ETA contribuía com 80% do orçamento do Projeto 17. A partir do quinto ano o projeto deveria prever outras fontes de receita.

Em Santa Catarina duas regiões foram escolhidas para a instalação dos primeiros escritórios locais, o Vale do Rio do Peixe e o Vale do Rio Itajaí. A direção da ACARESC ao escolher essas duas regiões levou em conta as boas perspectivas oferecidas para o sucesso do serviço a ser iniciado, com base no potencial da terra e dos agricultores. Cabe lembrar que Joaçaba era na época importante centro da triticultura.⁵

Outro aspecto ressaltado é da atuação da ACARESC como interveniente entre as entidades creditícias e produtores, para execução de programas de crédito rural. Estes programas voltavam-se a compra de matrizes, sementes e maquinários. Há espaço considerável para pesquisa agropecuária aplicada, repassando aos agricultores e produtores rurais os resultados das pesquisas.

A juventude rural, um fragmento de população subalterna, isto é, a população rural, exceto a Igreja e jogo de futebol aos

⁵ Segundo Lohn (2008), em 1957, já sob a denominação de Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), encontrava-se em funcionamento os escritórios de São José, Indaial, Rio do Sul, Ibirama, Ituporanga, Capinzal, Herval do Oeste, Videira e Joaçaba, além do escritório central em Florianópolis.

domingos, carecia de lazer e vínculos de sociabilidade. Eram raros os jovens que conhecem cidade de maior porte. Os horizontes dos jovens rurais eram, literalmente, aqueles de sua comunidade. Exceção havia àqueles que ingressassem na vida religiosa ou aos rapazes recrutados ao serviço militar.

De outro lado, na unidade de produção e consumo camponês quem administrava a propriedade e o destino dos familiares, era o pai. Era ele o detentor dos saberes agrônômicos, aprendidos na geração anterior, e ocupava posição hierárquica sobre mulher e filhos. Acoplada a essa posição hierarquia pai advogava-se o papel de chefe da unidade doméstica e detentor dos saberes agrônômicos, de modo que cabia ao jovem aprender com o pai as lides agrícolas e não o contrário. Acontecer o contrário seria subversão.

Dentre essas estratégias da Extensão Rural, para ampliar o círculo de sociabilidade juvenil, foram criados os Clubes 4S. Estes reuniam rapazes e moças do meio rural, organizados em grupos e com a orientação de extensionistas para desenvolver várias atividades educativas. Esses clubes pretendiam desenvolver atividades como a “lavoura demonstrativa”, a organização da horta, campanhas voltadas à higiene pessoal e também da propriedade, seminários e encontros com atividades recreativas, para demonstrar os benefícios e as vantagens que a modernização da agricultura poderiam proporcionar. A extensão rural trabalhou para evitar fricção entre gerações. As lavouras demonstrativas eram prova que a produtividade poderia aumentar e facilmente aceita aos agricultores.

No oeste catarinense, a economia baseada na agricultura, a vida social e o artesanato, praticados no período anterior a 1960, sofreram profundas modificações. Com a introdução da tecnologia moderna, a partir da adoção de novas técnicas de cultivo, impulsionadas pelo trabalho da extensão rural, a forma de pensar e cultivar mudou: passou-se a praticar a agricultura mecanizada sem questionar as possíveis consequências ambientais, adotando um modo de produção essencialmente voltado para o mercado.

A extensão rural na formação de uma cultura tecnicista

A região do extremo-oeste de Santa Catarina localiza-se na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. Caracteriza-se pela essencialidade agrícola, produção a qual, durante muitos anos se organizou em pequenas propriedades rurais e com mão-de-

obra familiar e artesanal. Uma região que apresenta baixo índice de desenvolvimento econômico e social.

A ocupação territorial da região por descendentes de europeus foi marcada por diversos conflitos, os quais influenciaram na organização do ambiente da região. Essas terras foram alvo de disputas territoriais, conflitos étnicos, culturais e econômicos, os quais proporcionaram o “desenvolvimento e o progresso” da região, isso sob a ótica do capital.

A região oeste de Santa Catarina, bem como a região Sudoeste do Paraná, por muito tempo chamado de Campo de Palmas, por volta de 1880, passou a despertar interesses capitalistas e políticos dos governos argentino e brasileiro. Janssen (2000, p. 21), destaca que os governos tinham interesses em explorar a madeira de lei encontrada na região, que tinha um alto valor comercial na Europa. Renk (2000, p. 73), salienta que a colonização do Oeste foi impulsionada pelas propostas de que o Brasil seria um país com vocação agrícola, no branqueamento da raça e na ideologia da pequena propriedade.

As terras do extremo oeste catarinense foram divididas em pequenas propriedades rurais, com mão-de-obra familiar. A primeira atividade econômica da região foi à exploração de madeira e a exportação da mesma para a Argentina. O transporte dessa madeira era feito através do rio Uruguai, faziam-se as balsas, e em épocas de cheias as mesmas eram conduzidas pelos balseiros até São Borja e lá eram exportadas.

Percebe-se que a exploração da flora regional aconteceu nas margens dos rios e suas redondezas sem nenhuma preocupação com os impactos que a exploração poderia provocar. Os colonizadores se estabeleceram nas margens do rio Uruguai e a transformação dessa paisagem agrava os problemas ambientais hoje enfrentados, tais como: a poluição das águas superficiais, o processo de erosão e assoreamento, além do esgotamento do solo.

Muitos migrantes que para região vieram foram influenciados pelas propagandas milagrosas e pelas boas propostas de compra de terra, jamais imaginavam o isolamento e a falta de estrutura que aqui encontrariam. Dessa forma, a produção de subsistência foi a única alternativa encontrada pelos colonizadores para a sua sobrevivência já que a região estava isolada do mercado externo pela falta de estradas ou meios de comunicação para a venda da produção agrícola, além disso as famílias eram numerosas e era necessário ocupar a mão-de-obra familiar. Fatores como

a falta de mercado, famílias numerosas, meios de transportes rudimentares, terras montanhosas, além do transplante do modelo de propriedade das regiões de origem, fez com que se pautasse a colonização em cima da propriedade familiar e da produção de subsistência. Os recursos naturais da região viabilizaram um modelo de desenvolvimento econômico de reduzida orientação para o mercado. A existência da mata nativa e a boa fertilidade do solo propiciaram ao imigrante uma relativa autonomia e auto-suficiência, dentro dos limites estabelecidos pelos mentores da colonização (EIDT, 1999, p. 63-64).

Para o cultivo, a grande maioria dos agricultores “limpava a terra” praticando a “Coivara”, queimando a capoeira e com isso eliminando grande quantia da microvida do solo, o que favoreceu o desgaste do solo. Na falta de meios para os colonizadores se divertirem, passavam os domingos caçando, o que colaborou para a extinção de várias espécies de animais da região.

A ocupação das terras da região oeste por descendentes de europeus mudou significativamente a relação entre a sociedade e a natureza. Se até 1922, o meio natural não sofreu grandes influências, degradações ou constantes modificações pela sociedade que ali viviam, com a comercialização dessas terras, entre o governo e as empresas colonizadoras e a ocupação feita pelos europeus, o meio natural da região passou por grandes transformações provocadas por uma cultura extrativista que visava à obtenção de lucros.

No entanto, alteração maior ainda estava por vir. Renk (2000) faz um paralelo entre a cultura de produção anterior à modernização agrícola, a qual estava baseada no trabalho familiar, onde o acesso a terra enquanto patrimônio familiar, principal fonte de seu sustento e norteadora das atitudes, e a cultura moderna de produção, na qual o Estado, através da Extensão Rural, a Previdência Social e a escolarização introduz mudanças no modo de produzir e de cultivar, o que vem provocando sérios impactos socioeconômicos e ambientais.

A tecnologia moderna de produção agrícola, implantada pela Revolução Verde, concebida nos escritórios da Fundação Rockefeller, cuja ideologia, com o discurso de “acabar com a fome”, criou um serviço eficiente para transferir idéias que impulsionassem o uso de variedades altamente produtivas, insumos químicos, além da mecanização agrícola. Idéias essas, que foram difundidas pela Extensão Rural (SECRETARIA DA AGRICULTURA, 1981, p. 3).

Leff (2003, p. 67) acrescenta que no processo de incremento da produtividade dentro da indústria agroalimentar depende da utilização de pesticidas químicos, fertilizantes, sementes híbridas ou geneticamente modificadas, entre outros e que essa produção, além dos impactos sociais e econômicos, esta trazendo conseqüências negativas para a qualidade da água e dos solos. Renk (2000, p. 45) salienta outros fatores dessa crise enfrentada pelos pequenos produtores rurais do extremo-oeste de Santa Catarina, fatores esses apresentados por técnicos agrícolas que atribuem essa crise aos seguintes fatores: à distância dos mercados consumidores, a escassez de terras férteis, o esgotamento da fronteira agrícola, a estrutura fundiária pulverizada, além da alta densidade demográfica. “A ação conjunta desses fatores gerou um quadro de descapitalização de significativa parcela dos estabelecimentos agrícolas”.

O que comprova o aumento da desigualdade social, após a implantação da Revolução Verde são os índices de concentração de renda. Santo (1999, p. 36) diz que a área ocupada pelos 50 estabelecimentos menores diminuiu de 3,1% para 2,4%, e a porcentagem da área total ocupada pelos 5 estabelecimentos maiores aumentou de 67,9% para 69,7%, entre os anos de 1960 e 1980. Além desses impactos, é importante lembrar que o uso dessa tecnologia proporcionou lucros para as grandes Companhias Multinacionais, a Revolução Verde é um sistema complexo e muito bem concebido para a dominação industrial, e que aumentou a dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos países centrais (SECRETARIA DA AGRICULTURA..., 1981, p. 5).

O êxodo rural, provocado pela crise, vem diminuindo o contingente populacional dos pequenos municípios do oeste de Santa Catarina, esse processo ou a crise vivenciada pela população oestina é principalmente devida a descapitalização e ao esgotamento dos recursos naturais (RENK, 2000, p. 47). Acredita-se que essa crise é uma conseqüência do processo de modernização da agricultura na região, que se solidificou com a formação de uma cultura tecnicista, promovida pelo estado, através da extensão rural que viabilizou o uso do Pacote Tecnológico – conjunto de técnicas e procedimentos agrônômicos que se articulam entre si e são empregados em uma lavoura ou criação, aprofundando mudanças relacionadas ao modo de produção, definidos como prioritários e ao apelo a produção e a produtividade. (GREGOLIN, 2000, p. 87).

A agricultura do extremo-oeste catarinense, bem como, a agricultura brasileira, pode ser dividida em dois períodos: antes do surgimento da Extensão Rural e após. Durante muitos anos a produção agrícola esteve organizada em pequenas propriedades rurais, com a produção voltada para a sobrevivência familiar. Praticavam a policultura e a mão-de-obra era familiar e artesanal. Mas com o objetivo de formar uma nova concepção de agricultura, onde a produção estivesse voltada para o mercado, surgiu no Brasil e também em Santa Catarina a Extensão Rural, que criou estratégias de educação informal para mudar o modo de agir e de pensar dos agricultores, para que os mesmos adotassem métodos e técnicas modernas de produção. Olinger (1996, p. 4), o responsável pela introdução e pelo comando da extensão rural em Santa Catarina diz que a maioria dos países latino-americanos adotaram a Extensão Rural sob o pressuposto de que seria o melhor instrumento para promover o desenvolvimento rural. Simon (2003), p. 8) afirma que: “A Extensão Rural surge na América Latina pela necessidade de mudança tecnológica da atividade agrícola, objetivando o aumento da produção e produtividade necessária. Desta forma acompanharia a necessidade de matéria-prima gerada pela indústria...” Afirma ainda que, a inserção da extensão rural é oriunda de uma visão da realidade social, que pressupõe o desenvolvimento com a transferência de valores de um setor moderno para um tradicional.

A Extensão Rural surgiu no Brasil com o propósito de ensinar o agricultor a produzir conforme os ditames da modernidade, que através de sementes e insumos industrializados aumentariam a produção. “O interesse maior do serviço de extensão rural era habilitar o agricultor e sua família para obter maior produtividade resultante do trabalho realizado, através do uso racional dos fatores de produção, principalmente dos novos insumos, maquinário e do crédito” (OLINGER, 1996, p. 12).

A Extensão Rural tem origem nos Estados Unidos e foi transferida para o Brasil com ideologias decorrentes da Guerra Fria, período o qual os Estados Unidos pretendiam se consolidar enquanto hegemonia, difundindo idéias, métodos, técnicas capitalistas pelo mundo inteiro, diminuindo assim, o poder dos países socialistas. Havia também, o receio de que os povos famintos fossem mais receptivos às propagandas comunistas, isso fez com que o governo americano iniciasse um programa de assistência aos países mais pobres, principalmente os da América.

A dimensão psico-política da guerra fria ajuda compreender de que maneira a Extensão Rural expandiu-se na América Latina, enquanto forma de dominação do produtor rural. O pressuposto básico dessa dimensão era que a transferência do modelo americano de Extensão Rural deveria constituir-se em uma das formas de controle do produtor rural (SEIFFERT, 1990, p. 48).

Fundamentadas no capitalismo, que visa à maximização dos lucros, a Extensão Rural proporcionou a introdução dos pacotes tecnológicos voltados para a utilização de insumos e máquinas “educando” o agricultor brasileiro para que esse fosse capaz de se tornar mais “moderno” e capaz de superar o “atraso” da agricultura brasileira, a partir do uso de métodos e técnicas para a produção agrícola.

Gregolin (2000, p. 82) afirma que o modelo educacional extensionista, fundamentava-se na concepção que era necessário modificar o que os agricultores sabiam, pensavam, acreditavam, e produziam. A Extensão Rural deveria promover essa mudança de atitudes e de comportamento, difundindo informações e práticas necessárias para introduzir novas técnicas que modernizassem a agricultura fazendo com que os agricultores produzissem para o mercado e não mais para a sobrevivência. Era essencial redefinir o papel da pequena propriedade pela dominação do trabalho familiar ao capital e suas consequências (SIMON, 2003, p. 9).

O processo educativo da Extensão Rural tinha suas idéias e metodologias baseadas na pedagogia do Consenso que, segundo Seiffert (1990, p. 16), considerava a educação do ponto de vista da transmissão de conhecimentos, normas de conduta e valores das gerações adultas para jovens, desconsidera-se o conhecimento popular e condicionava os agricultores a produzir para obter o máximo do desenvolvimento econômico. Acreditava-se que as pessoas aprendiam a fazer, fazendo. “... o consagrado princípio pedagógico que recomenda ensinar a fazer, fazendo, é de indiscutível eficácia para quem pretenda realizar mudanças de hábitos, atitudes e habilidades, principalmente entre os pequenos e médios agricultores” (OLINGER, 1996, p. 17). Um exemplo disso eram as Semanas Ruralistas, durante as quais um grupo de técnicos, deslocavam-se para o meio rural e proferiam palestras sobre temas agropecuários, acompanhadas de algumas demonstrações sobre vacinação do gado, combate ao carrapato e ao berne, o correto uso de pesticidas entre outras práticas (OLINGER, 1996, p. 44).

Para que os métodos e técnicas modernas fossem transmitidos aos agricultores brasileiros era necessário que os técnicos entendessem a pedagogia do consenso, dessa forma, técnicos agrícolas foram aos Estados Unidos fazer treinamentos, esses voltaram para o Brasil com a “missão” de difundir os conhecimentos e informações que “modernizassem” a agricultura Nacional.

Por outro lado em cartilhas que orientam a plantação de diversas culturas, distribuídas aos jovens quatroessistas para que esses executassem seus projetos individuais, ficava explícito o incentivo para o uso de agrotóxicos e outros insumos na produção. Um exemplo disso é a cartilha sobre a cultura de batatinha que indica todos os passos necessários para a plantação dessa cultura:



Figura 1. Práticas rurais.
Fonte: Manual da Extensão Rural.

Os extensionistas, segundo Seiffert (1990), seriam os intermediários entre os interesses dos agricultores e as políticas agrícolas, objetivando ultrapassar o assessoramento técnico, promovendo mudanças socioeconômicas e culturais. Souza (2003) acrescenta que os extensionistas passaram a ser os intermediários do governo na difusão das inovações junto aos agricultores, e a juventude rural tornou-se principal alvo para a introdução e transmissão desses novos conhecimentos aos produtores

rurais. Deveriam convencer os agricultores que o processo de mecanização da agricultura era irreversível e que seria a única forma de melhorar a qualidade de vida dos agricultores, e aqueles que não adotariam o sistema seriam atrasados, o seu modo de produção ultrapassado, a única forma de superar o atraso seria adotar o pacote tecnológico. Precisavam ensinar aos agricultores a melhor forma de administrar a sua propriedade. Essas idéias estão explícitas no discurso de Timmer (1954 apud SECRETARIA DA AGRICULTURA..., 1981, p. 6), especialista em extensão agrícola:

[...] a questão é persuadir os agricultores a utilizar os melhores métodos, aumentar a capacidade de aquisição rural ensinando os agricultores como gastar seu dinheiro de modo racional, a educação precede o fomento, se não persuadirmos as populações rurais a empregar um método de produção... persuadir as populações a aceitar a nossa propaganda é justamente a tarefa do extensionista, lavremos pois, a terra e lancemos as sementes para a colheita de uma classe sã de agricultores [...].

A Extensão Rural no estado de Santa Catarina iniciou suas atividades no ano de 1957, com os mesmos objetivos e princípios que a nível nacional; a formação educacional dos agricultores que proporcionasse conhecimentos técnicos para desenvolver um modo de produção moderno. Seiffert (1990, p. 68) afirma que o plano postulava, através de campanhas educacionais, conduzir os agricultores a se tornarem autônomos o que possibilitaria a execução de empreendimentos, com o objetivo de aumentar os lucros, dessa forma a produção agrícola se tornaria mais capitalista. Governantes afirmavam que a renovação da economia agrícola e pastoril repousava no abandono dos processos de rotina e na adoção de métodos, sistemas e recursos modernos, que possibilitassem maiores rendimentos com menor parcela de esforço; só assim se obteria melhor aproveitamento das energias humanas. Santo (1999, p. 16), afirma que a partir do ano de 1950, houve grande expansão da fronteira agrícola com a aplicação de políticas direcionadas a formação do complexo industrial, já que objetivava-se aumentar a produção. Seiffert (1990), em um breve histórico sobre a extensão rural em Santa Catarina, salienta que o extensionismo, em suas origens organizou-se a partir do movimento associativista ruralista, liderado pela FARESC (Federação das Associações de Santa Catarina), que englobava

as iniciativas de desenvolvimento rural. Nessa época, o governo catarinense assinou convênios com o PONTO IV (Programa norte-americano de incentivo financeiro para a modernização agrícola de países subdesenvolvidos), para promover campanhas educativas e semanas ruralistas. A partir de 1964, intensificou-se a fase do “difusionismo produtivista”, que se baseava na aquisição por parte dos produtores de um pacote tecnológico modernizante, com uso intensivo de capital, que segundo Seiffert (1990, p. 96), visavam o aumento da produtividade, via mecanização e uso de insumos modernos como adubos, defensivos e sementes melhoradas. Nessa época surgiu a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural). Simon (1996, p. 10) afirma que o órgão tinha por objetivo melhorar as condições de vida da população rural e o aumento da matéria-prima necessária ao mercado interno e a exportação. Assegura ainda que as ações da Extensão, de um modo geral, são definidas pelo interesse do capital, algumas vezes buscando diversificação de culturas, assegurando assim a força de trabalho rural e industrial, noutras intensificando a produção para exportação.

A ação da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina), criada nos anos 50, além de acessória e serviços de extensão prestados aos agricultores criou um programa de educação do jovem rural, os chamados Clubes 4s, a exemplo dos clubes 4Hs dos Estados Unidos. Estes clubes congregavam jovens de 14 à 25 anos que encontravam no clube um local para reunião e diversão, além de receber uma educação modernizante com acesso a pequenos créditos como a finalidade de, junto aos técnicos, fazerem experiências nas propriedades dos pais (SANTO, 1999, p. 56). Além desse programa educativo, a Extensão Rural também criou outros programas, como: o crédito rural, cooperativismo, suinocultura, fruticultura de clima temperado, clubes de mães visando o bem-estar social.

O significado para a sigla 4S, segundo Silva (2002, p. 194), é: Saber, Sentir, Servir e Saúde, palavras às quais adquirem sentidos a partir do juramento feito pelos quatroessistas:

Minha cabeça para Saber claramente
 Meu coração para Sentir maior lealdade
 Minhas mãos para Servir mais e melhor
 Minha saúde para uma vida mais sã
 Com o meu 4S, meu lar, minha comunidade e minha pátria (SILVA, 2002, p. 194).

Esse juramento do jovem a entrar no Clube 4S faz parte do rito de passagem, de filho de agricultor a jovem com autonomia as atividades do Clube. O juramento e ingresso transformação em rito de instituição, na defesa do Clube. O rito de passagem também expressa a necessidade criada para que os jovens participassem do Clube, para que dessa forma pudessem melhorar a qualidade de vida de sua família e também para a comunidade. A comunidade na qual se instalaria um clube deveria apresentar um potencial de jovens, adultos e jovens interessados, disponibilidade de líderes, potencial agro-pastoril e II Encontro de economia doméstica, além de ter fácil acesso (FURTADO FILHO; SILVA; FRANCO, 1996, p. 65). Era necessário também que os agricultores tivessem poder aquisitivo e ser proprietário da terra.

Os Clubes 4s devem contribuir efetivamente para o aumento da produtividade. Importa, pois, localiza-los junto às comunidades de maior significação econômica para o município. Importa ainda congregar nos Clubes, de preferência, filhos de médios proprietários e de meeiros ou arrendatários em condições de tornar-se proprietários, futuramente (SECRETARIA DA AGRICULTURA..., s/d, p. 5).

O quatroessista deveria executar três projetos. O projeto individual de agropecuária ou economia doméstica, acompanhado de contabilidade simplificada, com acessória técnica, dessa maneira o jovem era preparado para ser empresário rural. Esses projetos deveriam ajustar-se ao tipo predominante de exploração e aos problemas existentes na área (SECRETARIA DA AGRICULTURA, s/d, p. 5). Os projetos coletivos, nos quais discutiam-se as novas técnicas de produção. E os projetos coletivos de ajuda a comunidade com o objetivo de integrar o Clube a comunidade (FURTADO FILHO; SILVA; FRANCO, 1996, p. 66).

Os líderes de cada Clube deveriam desenvolver no jovem rural uma mentalidade de progressista, capaz de aceitar a orientação dos técnicos. Para isso, os líderes participavam, de cursos de capacitação regional (SECRETARIA DA AGRICULTURA..., s/d, p. 13).

Durante essa fase, os clubes 4S tiveram seu auge em Santa Catarina, esses clubes pretendiam desenvolver atividades de agricultura, pecuária e educação para a saúde para que essas

atividades se tornassem “modernas”, já que o meio rural era visto pelos governantes e também pela população urbana como atrasada.

A agricultura representou no Brasil, a partir da década de 1950, um entrave ao progresso. Dentro dessa lógica, foi necessário investir em tecnologias, foi preciso modernizar... mas, sobretudo, criou-se a necessidade de formar um novo sujeito, um outro agricultor, apto a lidar com as novas técnicas e tecnologias (SILVA, 2002, p. 145).

As atividades promovidas pela extensão rural, através do Clube 4S, se dão de diversas formas: além da “lavoura demonstrativa” e da organização da horta, também se procurou atingir o jovem agricultor educando-o para a higiene de seu corpo e também de sua propriedade. Os discursos e atividades organizadas nos encontros pretendiam impregnar o espírito de liderança.

Assim, para um agricultor se adaptar a um processo moderno de produção, este necessitava ter cuidados (controle) sobre a sua propriedade e sobre si mesmo para produzir o necessário, não mais para a subsistência ou para a produção em pequena escala, mas demonstrar que o campo não é sinônimo de atraso, e sim, de modernidade (SILVA, 2002, p. 207).

Esses Clubes 4S, em sua ação educativa, inseriram políticas de desenvolvimento agrícola para modernizar o meio rural da região, incorporando a população rural a economia de mercado. O estado preocupado em oferecer essa educação além das iniciativas feitas pela Extensão Rural, também passou fazer uso da imprensa para propagar os seus interesses, nesse sentido, a própria ACARESC passou a produzir textos e cartilhas com vistas para a mudança de hábitos. “Com o correr do tempo e pelos meados do século XIX, essas atividades eram complementadas pela publicação de folhetos e com a participação efetiva de técnicos do governo federal e dos estados” (OLINGER, 1996, p. 13).

Gregolin (2000, p. 83) acrescenta que os projetos educacionais eram organizados de forma centralizada dando pouca autonomia para as equipes locais e um relacionamento instituição/produtor fortemente autoritário. Todas as atividades realizadas para capacitar o agricultor consistiam em fornecer conhecimentos que demonstrassem as vantagens dessas técnicas, que mudassem

valores, para assim obter condutas, as quais desenvolvessem uma “agricultura moderna”.

No entanto, não se questionavam os problemas sócio-ambientais que esse novo modelo de produção pudesse provocar. Como salienta Seiffert (1990, p. 139), “As modernas práticas agrícolas adotadas, não eram questionadas em si; e não consideravam, também, os efeitos que essas práticas poderiam gerar sobre o meio ambiente”. Seiffert (1990, p. 100), afirma ainda que, no início dos anos 80, a modernização da agricultura brasileira, passa a ser criticada por duas vertentes: a de estudiosos que passam a questionar os problemas sociais, econômicos e políticos que se agravam a partir da “Revolução Verde”; e a de estudiosos preocupados com a ecologia, já que, os problemas com a contaminação com alimentos, a degradação do solo, a intoxicação de trabalhadores rurais e as alterações climáticas, que se agravaram a partir da modernização agrícola.

As práticas extensionistas foram expressivas para as inovações que ocorreram na agricultura catarinense garantindo que o agricultor entrasse no ritmo e na dinâmica da sociedade de mercado, ou seja, passou a produzir mais e conseqüentemente consumindo mais implementos agrícolas e aumentando as áreas cultivadas. Sendo assim, a natureza passa a ter apenas um valor capital, derrubam-se mais matas, usa-se intensivamente o solo e polui-se com o uso intenso de insumos agrícolas, tudo isso para aumentar a produtividade. Sem contar que a sociedade camponesa passa por um processo de seletividade, onde poucos agricultores, os que têm condições financeiras de se modernizar acompanham o processo, mas a maioria passa a ser excluída.

Para Leff (2004, p. 49) a destruição ecológica e o esgotamento dos recursos não são problemas gerados por processos naturais, mas determinados pelas formas sociais e pelos padrões tecnológicos de apropriação e de exploração econômica da natureza. Acrescenta ainda, que a pobreza é um resultado de um círculo vicioso de desenvolvimento perverso-degradação ambiental-pobreza induzido pelo caráter ecodestrutivo e excludente do sistema econômico dominante (LEFF, 2004, p. 58).

Essa realidade ambiental, decorrente de uma cultura capitalista faz com que a organização da sociedade entrasse em crise, como afirma Leff (2003, p. 15):

A crise ambiental é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise se apresenta à nós

como um limite do real que ressignifica e re-orienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional, limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdades social.

A crise ambiental mundial, especialmente a regional, nos faz refletir sobre o modo de viver, agir e produzir baseado em conhecimentos difundidos por interesses capitalistas. Leff (2004, p. 22) diz que a problemática ambiental é o sinal mais eloquente da crise da racionalidade econômica que conduziu o processo de modernização. Acrescenta que a meta iluminista da modernidade e a emancipação do homem através da razão convertem-se em alienação ao compreender as causas que movem o mundo, nem questionar os mecanismos tecnológicos que governam a produção. O que torna fundamental conhecer e questionar essa cultura que nos levou a utilizar todos os limites: sociais e naturais, a fim de satisfazer nossas necessidades e desejos crescentes internalizados através de uma cultura consumista.

O mesmo autor (LEFF, 2003, p. 22), escreve que a complexidade ambiental abre uma nova reflexão sobre a natureza do ser, do saber e do conhecer; sobre a hibridação do conhecimento na interdisciplinaridade; sobre o diálogo de saberes e a inserção da subjetividade dos valores e dos interesses na tomada de decisões e nas estratégias de apropriação da natureza. Mas também questiona as formas em que os valores permeiam o conhecimento do mundo, abrindo um espaço para o encontro entre o racional e o moral.

A extensão rural, através do Clube 4 S, aprendeu a conservar fontes de água, o uso de fosse séptica e reflorestamento. Esse é o ponto nevrálgico. Grande parte do reflorestamento feito era com eucaliptos e uva japão que permitia o corte de árvores dentre alguns anos, ao contrário dos pinheiros que levavam dezenas de anos para ser considerado apto ao corte.

Considerações

Os dados da pesquisa apontam o processo de mudança de uma economia regional muito próxima à economia substantiva, estudada por Karl Polanyi (1980). Havia entre os agricultores relações mercantis. No entanto, estas voltavam-se à aquisição da terra e seu pagamento. Grande quantidade dos bens consumidos

eram produzidos na propriedade. As trocas e solidariedade através de mutirões com vizinhos eram freqüentes.

Abater uma rês e distribuir a carne entre os vizinhos significava a certeza de retorno de outro pedaço de carne quando aquele matasse um animal. Ou seja, o princípio da reciprocidade supria, em parte, as carências e ausências do Estado. A vida inóspita levava à formação de comunidades, centrando esforços para superar adversidades.

Não se pode negar que havia a transmissão de um capital cultural (não escolar) entre às gerações, permitindo cultivo e trato de animais, num saber agrônômico informal. A introdução da extensão representou uma expropriação ou invalidação dos saberes tradicionais e substituição por um outro modo de fazer, seja na lavoura, no uso do solo, das sementes, no trato dos animais.

Além disso, as novas técnicas de produção difundidas pela extensão, proporcionaram um aumento da produção e da produtividade, mas deixaram profundas seqüelas socioeconômicas e ambientais: o aumento da concentração de terra e de renda; a exclusão de milhões de trabalhadores rurais que incharam as cidades; a contaminação e envenenamento do solo, da água e do ar; a destruição do equilíbrio natural dos ecossistemas, a perda da fertilidade natural do solo e da biodiversidade; poluição alimentar e aumento de doenças causadas pela má alimentação. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram o crescimento econômica, que agravou os problemas sociais e naturais, o que torna fundamental conhecer e discutir ideologias que permeiam a educação formal e informal, ao longo das décadas.

Referências

EIDT, Paulino. **Porto novo**: da escola paroquial ao projeto de nucleação, uma identidade em crise. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1999.

FARIA, Lina; COSTA, Maria da Conceição. Cooperação científica internacional: estilos de atuação da Fundação Rockefeller e Fundação Ford. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 159-191, 2006.

FURTADO FILHO, Dorvalino; SILVA, Francisco Cunha; FRANCO Multion, Homero. **Gotas de suor**: uma trajetória de 40 anos. Florianópolis: Epagri, 1996.

GREGOLIN, Altemir. **Municipalização da agricultura:** assistência técnica e extensão rural de Santa Catarina. Chapecó: Grifos, 2000.

HEINEN, Luiz. **Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina:** aspectos sócio-político-econômicos e religiosos. Joaçaba: Ed. UNOESC, 1997.

JANSSEN, Gertrudes. **Mondai:** construindo a sua história. São Miguel do Oeste: GBS Editora Gráfica Ltda., 2000.

LEFF, Enrique. **A complexidade ambiental.** São Paulo: Cortez, Edifurb, Pnuma, 2003.

_____. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Mitologias do desenvolvimento: extensão rural e modernização: o caso de Santa Catarina (décadas 1950 e 1960). **Espaço Plural**, 2008.

OLINGER, Glauco. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil.** Florianópolis: Epagri, 1996.

_____. **50 anos de extensão rural:** breve histórico do serviço de extensão rural no Estado de Santa Catarina 1956 a 2006. Florianópolis: GMC/Epagri, mar. 2006.

POLANYI, Karl. **A grande transformação.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às avessas.** Chapecó: Grifos, 2000.

RODEGHERO, Carla. Rindo do inimigo: o riso e o combate católico ao comunismo. **Anos 90 (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 12, p. 129-152, 1999.

_____. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-487, 2002.

_____. “Viva o comunismo x Viva Cristo Rei: um estudo de recepção do anticomunismo católico a partir de fontes orais. **Estudos Ibero-Americanos**, v. XXXII, p. 157-173, 2006.

SANTO, Evelise Espírito. **A agricultura no Estado de Santa Catarina**. Chapecó: Grifos, 1999.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Clubes 4s**: manual para extensionistas. Florianópolis: ACARESC, s/d.

_____. **Extensão rural**: uma contribuição ao seu repensar. Florianópolis: ACARESC, 1981.

SEIFFERT, Raquel Quadros. **Extensão rural em Santa Catarina**: impasses político- pedagógicos (1956-1985). 1990. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, fev. 1990.

SILVA, Claiton Marcio da. Discursos sobre a juventude rural participante de Clubes 4-S. **Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**. Chapecó: UFSC, 2002.

SIMON, Álvaro. Extensão rural em microbacias hidrográficas como estratégia de gestão ambiental no meio rural catarinense: a qualidade dos sistemas sociais e ecológicos como um patrimônio comum. UFSC, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/ Doutorado, 2003

SOUZA, Sirlei de Fátima de. Tradição x Modernização no processo produtivo rural: os clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980). Passo Fundo: Mestrado em História, 2003.

Abstract

The rural extension came about in Brazil in the context of the Cold War. The Rural Extension, as the State Policy for Agriculture, arose in Santa Catarina in 1956, aiming to create informal education strategies which consolidated the capitalist model of agricultural production: The Green Revolution. It was necessary to form a new subject, a new farmer, able to cope with new technologies and techniques. And, it was necessary to reach the young people, those more likely to accept the new ideas, those who would bring modernity to the countryside, with 4S Clubs appearing which brought together young men and women from rural areas, where they developed activities that marked the transfer of technical knowledge. This went on to the practice of mechanized agriculture without questioning the possible environmental consequences, adopting a primarily market oriented mode of production.

